

Ulysses tenta saída para estabilidade com Centrão e PMDB

Da Sucursal de Brasília

Uma nova rodada de negociações em busca de uma solução alternativa à estabilidade no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização está marcada para as 18h de hoje. O deputado Ulysses Guimarães, presidente interino da República, do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, reúne-se com os coordenadores do Centrão e com o grupo do senador Mário Covas (PMDB-SP) no Palácio do Planalto.

Até o final da tarde de ontem, os grupos continuavam divididos e não havia nenhuma proposta conciliatória. A negociação deve se estender por toda esta semana, segundo avaliações dos dois grupos. Com isto, o capítulo "Dos Direitos Sociais", onde estão incluídos os artigos referentes aos direitos trabalhistas, deve ser votado apenas após o Carnaval.

A divergência entre o Centrão e a liderança do PMDB sobre o inclusão

do princípio da indenização no texto constitucional é o que está emperando o acordo sobre a estabilidade. O Centrão exige que o texto dos "Direitos Sociais" faça menção explícita ao princípio da indenização progressiva, de acordo com o tempo de trabalho, como a proteção oferecida aos trabalhadores, ao invés da estabilidade no emprego. A liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) e os pequenos partidos de "esquerda" concordam com a inclusão da indenização, mas apenas nas "Disposições Transitórias" da nova Constituição. No corpo permanente da nova Carta, querem que o emprego fique protegido contra despedidas imotivadas ou sem justa causa.

A votação do artigo que define o direito de propriedade privada, prevista para hoje, deverá ser adiada para amanhã. Ulysses não acredita que o Centrão dê quórum para que o artigo seja votado. Até mesmo o deputado Daso Coimbra (PMDB-

RJ), responsável pela convocação e arrematação dos integrantes do grupo, tem dúvidas sobre a possibilidade da votação.

O Centrão quer votar a definição da propriedade privada apenas amanhã, porque terá a maior parte dos seus membros em Brasília. A negociação entre o Centrão e a liderança do PMDB assegura uma votação sem tumultos.

Embora Ulysses esteja dedicando grande parte de seu tempo como presidente da República às negociações no Congresso constituinte, sua ausência na condução dos trabalhos pode atrasar ainda mais a votação da estabilidade. O senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que substituiu Ulysses na presidência do plenário, pode e deverá ter dificuldades para conduzir o processo de votação.

Na próxima quarta-feira, com o retorno do presidente José Sarney, Ulysses reassume integralmente suas funções no Congresso constituinte.

Acordo pode desestabilizar o grupo

ROBERTO LOPES

Da Reportagem Local

A aprovação de um acordo que permita à Constituinte definir sem maiores traumas a questão da estabilidade no emprego, pode desestabilizar de vez o Centrão. A avaliação foi feita, semana passada, por um grupo de parlamentares ligados ao presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães —e revelada à Folha, ontem à tarde, pelo deputado Genebaldo Correia, presidente do PMDB da Bahia.

Estes políticos acreditam que a estabilidade é a última questão realmente polêmica a ser decidida no Congresso, o último motivo para o Centrão se manter unido e que, depois disso, o grupo tende a se desagregar.

Genebaldo e seus companheiros acreditam que o texto sobre a reforma agrária aprovado na Comissão de Sistematização, no final do ano passado, tem grandes chances de ser mantido, e que isso é capaz de minar ainda mais a unidade do Centrão.

Nos últimos sete dias, dois outros fatos políticos fizeram recrudescer o otimismo daqueles que querem o esfacelamento do Centrão para ver assegurado um mandato de apenas quatro anos para o presidente José

Sarney: a falta de empenho de Ulysses pelo mandato de cinco anos, e o surgimento de uma dissidência no Centrão, anunciada por políticos que foram pioneiros na formação do grupo e, hoje, estão alijados de seu círculo de decisões.

Além do presidente do PMDB baiano, também os deputados Ibsen Pinheiro (RS) —líder do PMDB na Câmara—, Fernando Gasparian (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA), frequentadores assíduos do gabinete do presidente da Constituinte, vêm notando que Ulysses Guimarães "tem deixado a corda correr solta" na questão do mandato.

Eles acham que a simples falta de uma pressão qualquer de Ulysses a favor dos cinco anos é dado altamente positivo, e prova disso poderia ser a mudança de posição de Ibsen, que defendia o mandato de cinco anos, mas já se passou para os quatro.

Estes políticos acreditam que Ulysses já tenha observado pelo menos três grandes vantagens na aprovação de um mandato de quatro anos: 1) o reencontro do desgastado PMDB com "a rua", isto é, com o sentimento popular que acreditam seja, majoritariamente, pelos quatro anos; 2) a possibilidade de um candidato peemedebista à Presidência da República unir, de novo, o maior partido do país; e 3) o

aumento das chances de próprio Ulysses sair candidato se as eleições forem este ano, e não em 89.

Quanto à questão da dissidência no Centrão, Genebaldo tem consciência de que ela não vai representar os 50 votos anunciados com excesso de otimismo pelos dissidentes, mas está certo de que "se não forem 50, se forem só cinco, já terá valido a pena". O que mais entusiasma o deputado da Bahia é que os dissidentes pertencem a algumas das maiores bancadas do partido (aquelas que têm acima de dez representantes na Câmara), como as de Minas —a maior, com 35 deputados—, Pará —com 13— e Ceará —que tem 12 deputados.

O presidente do PMDB da Bahia não se surpreenderá se alguns centristas estiverem se anunciando dissidentes apenas para poderem se valorizar diante do Palácio do Planalto —"gente que quer criar dificuldades para obter facilidades", como resume Genebaldo—, mas acredita, sinceramente, que peemedebistas importantes em seus Estados como Marcos Lima, em Minas, e Carlos Vinagre, no Pará, possam multiplicar a força da dissidência —conduzida, por enquanto (e de maneira frágil), por um trio cearense: os deputados Ubiratan de Aguiar, Expedito Machado e Raimundo Bezerra.

'Não toque nesse assunto', diz sobre 5 anos

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente interino da República, do PMDB e do Congresso constituinte, voltou a defender ontem que os constituintes definam um "mandato uniforme" para o presidente José Sarney e para os futuros presidentes da República. Embora esta não seja uma posição nova, Ulysses não se manifesta sobre o tema há mais de um mês.

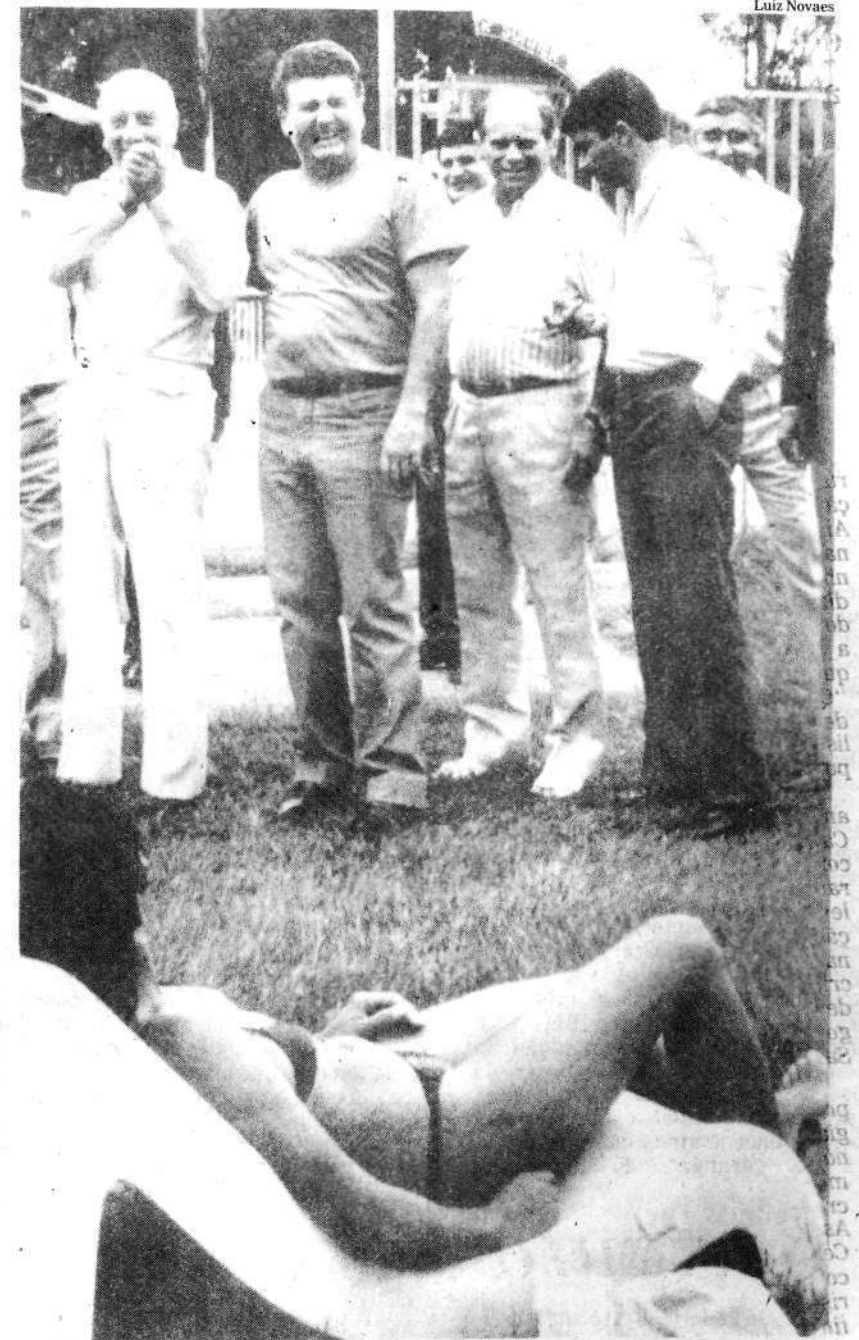
Ulysses se esquivou em responder se a declaração evidenciava uma defesa de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Pelo texto aprovado pela Comissão de Sistematização, os futuros presidentes terão esta duração de mandato. Resistiu ainda à provocação de um repórter: "Então, o senhor não vai trabalhar pelos cinco anos." Rindo marotamente, disse apenas: "Não toque nesse assunto."

As declarações suscitaram inquietação entre os constituintes favoráveis ao sistema de governo parlamentarista. Se Ulysses adotasse a defesa intransigente dos cinco anos, seria uma possibilidade de sua adesão ao parlamentarismo. Mesmo animados, estes parlamentares têm mais dúvidas do que certezas. Ulysses é um presidencialista histórico.

Churrasco

Sob a proteção da equipe de segurança do Palácio do Planalto e ocupando um Opala com chapa fria da Presidência da República, Ulysses comportou-se como um candidato à Presidência da República durante um churrasco oferecido a ele pela diretoria do Clube do Congresso. "Estou em campanha pela Constituinte. Campanha presidencial só depois da Constituinte. Cada coisa na sua hora. Senão dá confusão", disse Ulysses.

A disposição de Ulysses não foi bem retribuída, entretanto, pelos constituintes convidados para o almoço. O esforçado deputado Artenir Werner (PDS-SC), presidente do Clube do Congresso, não conseguiu reunir mais que 20 parlamentares. Ninguém do primeiro time. O Centrão mandou um representante: o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ). Depois de olhar desconfiado para a reunião, o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), que estava no



Ulysses Guimarães (esq.) acena para os banhistas do Clube do Congresso

clube, mas não fora convidado, uniu-se ao grupo.

Mais uma vez, Ulysses disse que a nova Constituição deverá ser promulgada daqui há dois meses —em abril. Para acelerar o processo de votação e conseguir cumprir este

prazo, Ulysses vai conversar com as lideranças partidárias e os grupos suprapartidários para que o número de oradores dos debates seja reduzido. Em vez dos dois discursos de defesa e dois de rejeição, apenas um de cada tipo seria feito.